

Mario Luiz Bonsaglia

Subprocurador-Geral da República

Formação Acadêmica

- 1997/2005 Faculdade de Direito da USP
Doutorado na área de Direito do Estado. Defesa da tese realizada em 22/06/2005. Orientador: Professor Dalmo de Abreu Dallari
Tese: Federalismo e Direitos Humanos
- 1977/1981 Faculdade de Direito da USP
Curso de graduação em direito

Resumo de qualificações profissionais

- 2014 – [atual] Subprocurador-Geral da República
Promovido em março de 2014
Atuação perante o Superior Tribunal de Justiça (elaboração de pareceres, recursos e outras peças) em matéria criminal (5ª e 6ª Turmas) e em direito público (participação em sessões da 2ª Turma, como representante do MPF)
- Membro Titular do Conselho Superior do Ministério Público Federal -
biênio atual: 2022-2024; biênios anteriores: 2020-2022, 2016–2018,
2014-2016

- 2014-2018 e 2022 – [atual] Membro Titular do Conselho Institucional do Ministério Público Federal - biênio em curso: 2022-2024; biênios anteriores: 2014-2016, 2016-2018, 2018-2020 e 2020-2022
- 2022 – [atual] Membro Titular da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
- 2021, 2019, 2017 e 2015: integrou as listras trípticas para Procurador-Geral da República desde 2015, após participação em processos eleitorais organizados pela ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República)
- 2020-2022 Membro Suplente da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais)
- 2018-2020 Membro Titular da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais)
- 2016 – 2018 e 2014 - 2016 Membro Titular e Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial)
- 2016-2017 Vice-Presidente do CSMPF
- 2009 - 2013 Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Conselheiro, titular da cadeira destinada ao Ministério Público Federal nos biênios de 2009-2011 e de 2011-2013 – eleito em lista tríplice pela categoria, indicado pelo PGR, aprovado pelo Senado Federal e nomeado para os mandatos bienais pelo/pela Presidente/Presidenta da República

- 2010-2013 Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP
 - 2010-2013 Membro da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP
 - 2010-2013 Membro da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP
 - 2012-2013 Membro da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público
 - 2012-2012 Presidente da Comissão Temporária de Regulamentação da Lei de Acesso à Informação no Ministério Público Brasileiro
 - 2011-2012 Membro da Comissão de Reforma do Regimento Interno do CNMP
 - 2010-2011 Membro da Comissão do II Diagnóstico do Ministério Público
 - 2010-2010 Membro da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP)
- 2008-2009 Membro Suplente da 2ª. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (criminal)
- 2004-2008 Procurador Regional Eleitoral em São Paulo (PRE-SP)
Procurador Regional Eleitoral no Estado de São Paulo nos biênios de 2004- 2006 e de 2006-2008

- 1996 – 2014 Ministério Público Federal PRR/3ª Região
Procurador Regional da República
Promovido em abril de 1996. Até 2004, atuação perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região em matéria criminal, exceto no período em que funcionou como Procurador Regional Eleitoral, perante o TRE-SP, e no período em que serviu no CNMP. No período 2013-2014, atuação perante o TRF/3ª Região em matéria cível.

- 1991-1996 Procuradoria da República – PR/SP
Procurador da República
Posse em fevereiro de 1991. Atuação em matéria criminal.

- 1985-1991 Procuradoria do Estado de São Paulo
Procurador do Estado de São Paulo

- 1980-1985 Funcionário do Banco do Brasil

- 1977-1980 Escrivão de Polícia (SSP/SP)

Atividades associativas

- 2009-2010 1º Vice-presidente da ABRAMPPE (Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais)
- 1995-2001 Associação Nacional dos Procuradores da República
Diretor da ANPR no biênio de 1999-2001

Trabalhos Publicados

- “Federalismo e direitos humanos”. 2005. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Direito de Estado da Universidade de São Paulo
- “Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário”, *in* Crise dos Poderes da República (Org.: George Salomão Leite, Lenio Streck e Nelson Nery Jr.), RT, 2017, p.39-58.
- “O Controle Externo da Atividade Policial e o papel da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal”, *in* Controle Externo da atividade policial pelo Ministério Público, Del Rey Editora, 2016.
- “Segurança Pública”, *in* Escola Superior do Ministério Público. Dicionário de direitos humanos. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Seguran%C3%A7a%20p%C3%BAblica>
- “Intervenção federal e direitos humanos”. *In* Escola Superior do Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=interven%C3%A7%C3%A3o%20federal%20e%20direitos%20humanos>
- Federalização dos crimes contra os direitos humanos”. *In* Escola Superior do Ministério Público da União. Dicionário de direitos humanos. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Federaliza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20crimes%20contra%20os%20direitos%20humanos>
- “A lei como causa de impunidade dos crimes fiscais”. Boletim dos Procuradores da República, v.1, n. 9, p. 18-21, jan. 1999.
- “Inconstitucionalidade da requisição de inquérito policial por magistrado”; Boletim dos Procuradores da República, v. 1, n. 8, p. 21-23, dez. 1998.

- “A lei 9.639/98 e a suposta anistia geral aos que lesaram a previdência”. Boletim do Instituto de Ciências Criminais (IBCCRIM), n. 68, jul. 1998 (também publicado no Boletim dos Procuradores da República, v.1, n. 2, p. 18-20, jun. 1998)
- “O Ministério Público e a investigação pré-processual”. Correio Braziliense, Brasília, caderno direito e justiça, nº 13168, 10/05/1999, p.1 (também publicado no Boletim dos Procuradores da República, v. 1, n. 11, p. 23, mar. 1999)
- “O Ministério Público e os crimes fiscais segundo o STF”. Revista de Assuntos Criminais do Ministério Público Federal, v. 5, n. 5, p. 158-159, 1997.